

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FCE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

CONTABILIDADE E QUESTÕES AMBIENTAIS

ANA PAULA ZABELLI

Trabalho de Conclusão apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Msc Mario Guilherme Rebollo

Porto Alegre

2012/02

CONTABILIDADE E QUESTÕES AMBIENTAIS

Ana Paula Zambelli*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo descrever aspectos ambientais relacionados à contabilidade. De ciência que estuda e controla o patrimônio, a contabilidade passou a ter, nos dias atuais, um novo papel para as empresas e sociedade: o de fornecer informações para o controle, gestão e conservação do meio ambiente. Em um primeiro momento, apresenta-se uma explanação sobre a contabilidade ambiental e sua inserção nas questões socioambientais. Tem-se também o objetivo de demonstrar de que forma a contabilidade ambiental vem contribuindo para as empresas como ferramenta de gestão e a busca pela certificação ISO 14001, colocando todos os usuários das demonstrações contábeis a par de questões ambientais que causem mutações no patrimônio da empresa. Para isso, utilizou-se o método de revisão bibliográfica, a fim de descrever conceitos e propostas de diversos autores sobre o tema, porém, sem a pretensão de esgotar o assunto. Verifica-se, então, a importância da Contabilidade Ambiental como potencial auxiliar dos gestores na Gestão Ambiental, demonstrando a responsabilidade social da empresa perante a sociedade em geral, bem como contribuindo com a mesma, evidenciando eventos ambientais que devam ser corrigidos a fim de agregar valor ao produto e reduzir agressões ao meio ambiente.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Gestão Ambiental. Certificação ISO 14001.

ACCOUNTING AND ENVIRONMENTAL ISSUES

Abstract: The present paper aims to demonstrate how accounting is embedded in environmental issues so widely discussed today. Science which studies and monitors the assets, accounting now has, today, a new role for business and society: to provide information for the control, management and conservation of the environment. At first, we present an explanation of environmental accounting as an information tool for decision making with regard to the exploitation and preservation of the environment.

*Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(zambelli.anapaula@gmail.com)

In a second and final time, there is also intended to demonstrate how environmental accounting has contributed to companies as a management tool, meaning that all users of financial statements together with environmental issues that cause changes in equity of the company. For this, we used the method of literature review in order to explore concepts and understandings of various authors on the subject, however, without claiming to exhaust the subject. There is, then, the importance of Environmental Accounting as a potential aid managers in Environmental Management, demonstrating the company's social responsibility towards society in general as well as contributes to them, eliciting environmental events that should be corrected in order to add value to the product and reduce the harm to the environment.

Keywords: Environment. Environmental Accounting. Environmental Management.

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais têm sido amplamente discutidas em todos os meios e setores sociais, numa busca incessante de se atingir o uso racional de recursos naturais. Essa modificação na maneira de pensar e explorar o meio ambiente traz para as empresas e, conseqüentemente, para os que dela fazem parte, a inserção de uma nova mentalidade: o de aliar crescimento econômico de forma sustentável, ou seja, respeitando e preservando o meio ambiente. Nesse sentido, a contabilidade, que está inserida nesse processo, deve estar preparada para as mudanças decorrentes desta nova realidade que se apresenta.

Rebollo (2000) menciona que com o aumento populacional e evolução da civilização, a partir do século XV, a humanidade experimentou um longo processo de transformação. A civilização evoluiu do estágio feudal chegando à chamada Revolução Industrial, cujos efeitos verificam - se até hoje. Nesse período, as atividades manufatureiras tiveram impressionante impulso, com significativos reflexos na economia, nos hábitos dos indivíduos e, por conseqüência, no meio ambiente.

Sendo a Contabilidade a ciência que trata do patrimônio e, portanto, da riqueza das entidades, esta está assumindo a responsabilidade de tratar dos assuntos ligados aos fenômenos ambientais, no que diz respeito aos aspectos econômico-financeiros.

Segundo HERCKERT (2004), o maior desafio, quando se trata de discutir a questão ambiental, é o de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

As técnicas utilizadas pela contabilidade: orçamentos, registros, auditoria e análise têm evoluído, no sentido de auxiliar a gestão das empresas e contribuir para a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, RIBEIRO & MARTINS (1998; p.5) dizem que as demonstrações contábeis podem ser o canal adequado para tais evidências, principalmente porque nelas estão contidas todas as informações pertinentes à situação patrimonial e desempenho da empresa em um determinado período. A adição das informações de natureza ambiental viria a enriquecer tais demonstrações, como também permitiria aos usuários melhores condições de acesso à informação para avaliar a grandeza dos investimentos ambientais, comparativamente ao patrimônio e aos resultados no período.

De acordo com Rebollo (2004) pode-se verificar que variáveis ambientais e de desenvolvimento sustentável podem ter significativos reflexos nas organizações, na contabilidade e, por conseguinte, na atividade profissional do contador.

O objetivo deste trabalho é apresentar considerações sobre a forma com que a contabilidade está e vem sendo inserida gradativamente no contexto ambiental, tornando-se, assim, uma importante ferramenta de informação e gestão para as empresas.

Do ponto de vista dos procedimentos adotados para a execução do trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica desenvolvida a partir de material já elaborado, através de, principalmente, livros acadêmicos e artigos científicos. Dessa forma, é possível obter visões diversificadas de diferentes autores, proporcionando o enriquecimento da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como aquele que possui a finalidade de suprir as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer também suas próprias necessidades, tal qual destaca (Rebollo, 2004).

O Relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future), também conhecido como Relatório de Brundtland, o qual foi publicado em abril de 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas, foi o responsável por disseminar mundialmente esse conceito, o qual, segundo Rebollo (2004) teve alcance e influência em todo o mundo sendo, inclusive, incorporado no artigo 14, item XIX, do Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul – desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

O debate criado em torno do desenvolvimento sustentável, segundo Seiffert (2009), trouxe elementos comuns à maioria das definições de desenvolvimento sustentável, quais são:

1. igualdade – todos os povos devem ter acesso à possibilidade de melhorar seu bem-estar econômico, tanto suas gerações presentes quanto futuras;
2. administração responsável – os processos produtivos e financeiros devem ser responsáveis com relação àquilo que é objeto de suas ações, sendo elaborados de forma a causar o menor prejuízo ambiental;
3. limites – o desenvolvimento deve ser encaminhado dentro dos limites tanto dos recursos naturais não renováveis quanto da intervenção tolerável do ser humano sobre os ecossistemas;
4. comunidade global – não há fronteiras nacionais ou geográficas para os prejuízos ambientais, somente ações e cooperação internacional possibilitam reparar prejuízos já causados e assegurar um desenvolvimento seguro no futuro;

5. natureza sistêmica – o desenvolvimento deve considerar os relacionamentos entre ecossistemas naturais e as atividades humanas.

Ainda segundo a autora, muitas discussões foram realizadas nos mais diversos fóruns em torno do tema desenvolvimento sustentável, dos quais resultaram propostas de encaminhamentos da questão ambiental, onde uma dessas discussões foi a Agenda 21, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

2.1 – CONFERÊNCIA DE CÚPULA DA TERRA – RIO 92

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, teve por objetivo elaborar estratégias para interromper e reverter efeitos da degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável (Rebollo, 2004).

A Conferência da ONU propiciou um debate e mobilização da comunidade internacional em torno da necessidade de uma urgente mudança de comportamento visando a preservação da vida na Terra. A Conferência ficou conhecida como "Cúpula da Terra" (Earth Summit), e realizou-se no Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992, contando com a presença de 172 países (apenas seis membros das Nações Unidas não estiveram presentes), representados por aproximadamente 10.000 participantes, incluindo 116 chefes de Estado. Além disso, receberam credenciais para acompanhar as reuniões cerca de 1.400 organizações não governamentais e 9.000 jornalistas.

Ainda conforme Rebollo (2001), a Rio 92 resultou em vários documentos para a fixação e divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável, entre os quais:

Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – também denominada Carta;

Declaração sobre as Florestas;

Convenção sobre a Diversidade Biológica;

Convenção sobre mudanças climáticas;

Agenda 21.

2.2 – AGENDA 21

Segundo Rebollo (2004), agenda 21 corresponde a um plano abrangente de ação voltado para as perspectivas de desenvolvimento sustentável do século XXI, que buscam viabilizar programas mundiais para minimizar o processo de degradação ambiental e transformar em realidade os princípios propostos na Declaração do Rio.

Para o Ministério do Meio ambiente existem três conceitos de agenda 21 segundo o grau de abrangência, os quais são:

- A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.
- A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002.
- A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

Conforma Seiffert (2009), a Agenda 21 caracteriza-se como um plano de ação que busca colocar em prática programas que paralise o processo de degradação ambiental.

Outra proposta resultante da discussão em torno do desenvolvimento sustentável foi a adoção das normas da série ISO 14000, as quais se destinam ao

gerenciamento ambiental e será abordada, na forma da ISO 14001, posteriormente no presente trabalho.

3 A CONTABILIDADE E O MEIO AMBIENTE

As entidades, na pessoa de seus sócios e gestores, e a sociedade em geral estão cada vez mais conscientes de que deve existir entre a empresa e a natureza uma convivência harmônica e de que é preciso coexistir com o meio ambiente sem afetá-lo negativamente.

Segundo Wernke (2000), defender o meio ambiente deixou de ser apenas assunto de ecologistas e passou a ter grande influência nas estratégias empresariais. Por isso, algumas empresas estão procurando mudar a filosofia de satisfação das necessidades do consumidor, visando uma qualidade melhor de vida para a sociedade, tentando, para tanto, solucionar problemas ambientais. O autor ainda salienta que quando se pensa em qualidade de meio ambiente, deve-se levar em consideração pontos como a proteção dos consumidores e o desenvolvimento sustentável. Com vista a assegurar a sustentabilidade, as empresas buscam implementar mecanismos de gestão ambiental.

Braga (2002, p. 23): “Diante da crescente preocupação social com a situação do meio ambiente, a coletividade e os consumidores passaram a exigir, principalmente das indústrias, uma nova forma comportamental alicerçada na preservação dos valores sociais e ambientais.”

Sendo assim, as organizações têm procurado melhorar a qualidade ambiental de suas atividades e conseqüentemente agregarem valor a imagem da empresa. Nesse sentido, Sá (2002, p.48) diz que, a contabilidade, nos últimos anos do século passado, foi diretamente atingida por modificações de base. O consagrado objeto desta ciência, ou seja, a riqueza das células sociais passou, instintivamente, por uma ampliação indagativa. Rompeu-se a barreira do ambiente interno das empresas e instituições e passou-se a buscar conexões com fatos de maior amplitude. Tal rompimento, todavia, exigiu mudanças de métodos científicos e de óticas de observação para que pudesse, inclusive, utilizar racionalmente os progressos e atender com maior adequação às novas necessidades das empresas e instituições.

Para Gonçalves e Heliodoro (2005), a contabilidade não pode ignorar os problemas ambientais, uma vez que a mesma é o elo existente entre as empresas e a comunidade. A contabilidade desperta o interesse em questões ambientais ao auxiliar as empresas a gerir a variável ambiental, não só como fazendo parte da legislação, mas também por razões de conscientização ecológica.

Corroborando com as idéias apresentadas, Paiva (2003) ressalta que a contabilidade, por se tratar de uma ciência que tem por objeto o patrimônio, também precisa registrar e prestar informações de todos os fatos referentes ao meio ambiente, tendo em vista que esse patrimônio é de interesse de todas as pessoas. Para proporcionar informações específicas e diferenciadas sobre o meio ambiente, a contabilidade teve que se desdobrar em mais uma ramificação: a contabilidade ambiental.

A preocupação com os problemas ambientais não faz mais parte de um grupo restrito de ecologistas, há algum tempo essa barreira foi ultrapassada e hoje praticamente toda a humanidade reconhece a gravidade da crise ambiental, decorrente não de ações irresponsáveis de alguns, mas reflexo de um modelo de desenvolvimento.

Neste contexto, Araújo Jr. (2007) ressalta que a contabilidade também precisou adequar-se, evidenciando as medidas adotadas e os resultados alcançados pela empresa no processo de proteção e preservação do meio ambiente, já que a mesma é responsável pelas informações à sociedade.

4 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Para Kraemer (2005), a Contabilidade Ambiental surgiu a partir da década de 70, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas do meio ambiente. Em resumo, é um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação para com o meio ambiente.

Segundo a autora, o objetivo da Contabilidade Ambiental é registrar e controlar as atividades, desenvolvidas ou em desenvolvimento, ocorridas ou a incorrer, não importando a relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como toda e

qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

A Contabilidade Ambiental utiliza metodologias e sistemas para identificar, monitorar e informar impactos ambientais causados pelas operações da empresa, integrando os impactos, as decisões de compras de matérias-primas, custeio de produto, formação de preços, orçamento de capital e avaliação de desempenho.

Para Zanluca (2008), contabilidade ambiental é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações – expressos monetariamente. Seu objetivo é propiciar informações regulares aos usuários internos e externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade, quantificado em moeda.

Poder-se-ia sintetizar as seguintes vantagens da utilização da contabilidade ambiental:

- identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos;
- permite aferir, economicamente, as reduções de gastos com água, energia, e outros recursos, renováveis ou não;
- gera informações e demonstrativos sobre a eficácia e viabilidade econômica das ações ambientais;
- a publicação do balanço ambiental gera transparência da gestão e uma potencial melhoria de imagem da entidade produtora perante o público;
- a contínua correção das ações ambientais, em decorrência da correção de dados físico contábeis, contribui para a sociedade como um todo – pois haverá redução do nível de agressão à natureza na elaboração de produtos e serviços indispensáveis.

Sobre o balanço ambiental anteriormente citado, embora não haja posição consolidada sobre o assunto por parte de autores consagrados nem seja regulamentado, Raupp (2002, p.48) afirma que o Balanço Ambiental tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e

qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que, a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

REBOLLO (2001; p.15) enfoca que o meio ambiente e a gestão ambiental são variáveis que estão se destacando presentemente no meio empresarial. Portanto, deve-se atentar para o novo modelo de apresentação das demonstrações contábeis, o qual visa, não apenas a divulgação e apresentação da situação patrimonial e financeira da empresa, mas também a preocupação da empresa com a questão sócio-ambiental.

Sucupira (2001) salienta que apesar do balanço social ter sua origem na contabilidade, esse relatório não deve ser visto apenas como um demonstrativo contábil, mas como uma forma das empresas demonstrarem o cumprimento da sua responsabilidade social, representando um diferencial para aquelas que o adotam.

Para Tinoco; Kraemer (2004) existem três razões básicas para uma empresa adotar a Contabilidade Ambiental:

a) Gestão interna: relaciona-se com uma ativa gestão ambiental e seu controle, com o objetivo de reduzir custos e despesas operacionais e a melhoria da qualidade dos produtos;

b) Exigências legais: as empresas que não tiverem um maior controle de seus riscos ambientais podem ter sanções de multas e indenizações;

c) Demanda dos parceiros sociais: a empresa está submetida a sofrer pressões dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, acionistas, bancos, investidores etc.

Apesar da importância ressaltada, BERGAMIN (1999), diz que a contabilidade ambiental é pouco utilizada devido a uma série de aspectos, tais como:

- relutância das empresas em veicular informações sobre o impacto de suas atividades no meio ambiente, ou por preferirem divulgar sua própria versão em relatórios caracterizados por serem qualitativos,

descritivos e parciais, frustrando uma visão abrangente e objetiva do desempenho ambiental da empresa;

- baixa consistência entre as informações disponibilizadas e pouca comparabilidade entre o desempenho da mesma empresa em períodos diferentes ou entre empresas diferentes do mesmo setor de atividades;
- os alvos ambientais representados pelos custos não são previamente estabelecidos de forma mensurável, impossibilitando seu posterior acompanhamento e;
- os passivos ambientais geralmente não são reportados de forma adequada, devido a dificuldades em mensurá-los.

5 CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

O processo de globalização e a conscientização gradual da sociedade fizeram com que as organizações sentissem a necessidade de se desenvolver sem prejuízo ao meio ambiente. Em razão desse comprometimento, as empresas buscam agregar valor a sua marca, serviço ou produto, através da divulgação de ações e programas implantados de gestão ambiental. Além de agregar valor a marca e reduzir custos, a diminuição do impacto de seus produtos e processos produtivos no meio ambiente é outro fator positivo de uma gestão ambiental eficiente. Essa nova visão na gestão dos recursos naturais possibilita eficiência e eficácia na atividade econômica e, ao mesmo tempo, mantém a diversidade e a estabilidade do meio ambiente.

Para Sá (2002), de nada adianta demonstrar os custos ambientais nos demonstrativos contábeis se não houver uma conscientização da necessidade do cuidado com o ambiente natural. A contabilidade tem um papel fundamental neste contexto em criar modelo contábil voltado para a eficácia do patrimônio e da gestão ambiental da célula social. Para se conseguir esta eficácia é necessário observar e analisar o que ocorre na essência do patrimônio e sua influência no entorno ecológico.

A questão ambiental, por estar muito em evidência atualmente, faz com que muitas empresas estejam engajadas na causa apenas no discurso, mas não com ações de fato efetivas, pois primeiramente, é necessário sensibilizar seus próprios executivos de que a proteção ao meio ambiente é realmente um objetivo empresarial importante a ser atingido. O comprometimento de toda a organização é essencial para que a questão ambiental se traduza em melhorias contínuas dentro da mesma.

Para Meyer (2000), a gestão ambiental é apresentada da seguinte forma:

- objeto de manter o meio ambiente saudável (à medida do possível), para atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.
- meio de atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso e/ou descarte dos bens e detritos gerados pelas atividades humanas, a partir de um plano de ação viável técnica e economicamente, com prioridades perfeitamente definidas.
- instrumentos de monitoramentos, controles, taxações, imposições, subsídios, divulgação, obras e ações mitigadoras, além de treinamento e conscientização.
- base de atuação de diagnósticos (cenários) ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos em busca de soluções para os problemas que forem detectados.

Segundo Winter (1992), existem seis razões principais pelas quais um gerente responsável – e com os interesses de sua própria empresa – deveria aplicar o princípio da gestão ambiental em sua empresa:

- sem empresas orientadas para o ambiente, não poderá existir uma economia orientada para o ambiente – e sem esta última não se

poderá esperar para a espécie humana uma vida com o mínimo de qualidade;

- sem empresas orientadas para o ambiente, não poderá existir consenso entre o público e a comunidade empresarial – e sem consenso entre ambos não poderá existir livre economia de mercado;
- sem gestão ambiental da empresa, esta perderá oportunidades no mercado em rápido crescimento e aumentará o risco de sua responsabilização por danos ambientais, traduzida em enormes somas de dinheiro, pondo desta forma em perigo seu futuro e os postos de trabalho dela dependentes;
- sem gestão ambiental da empresa, os conselhos de administração, os diretores executivos, os chefes de departamentos e outros membros do pessoal verão aumentada sua responsabilidade em face de danos ambientais, pondo assim em perigo seu emprego e carreira profissional;
- sem gestão ambiental da empresa, serão potencialmente desaproveitadas muitas oportunidades de redução de custos;
- sem gestão ambiental da empresa, os homens de negócios estarão em conflito com sua própria consciência – e sem auto-estima não poderá existir verdadeira identificação com o emprego ou a profissão.

Por sua vez, Santiago e Duarte (2011 apud North, 1992) enumeram os seguintes argumentos para que uma empresa se engaje na causa ambiental:

- Aceite o primeiro desafio ambiental antes que seus concorrentes o façam.
- Seja responsável em relação ao meio ambiente e torne isso conhecido. Demonstre aos clientes, fornecedores, governo e comunidade que a empresa leva as questões ambientais a sério e que desenvolve práticas ambientais de forma eficiente.
- Utilize formas de prevenir a poluição. Ser considerada uma empresa amigável ao ambiente, especialmente se ela supera as regulamentações exigidas, propicia vantagens de imagem em relação aos concorrentes, consumidores, comunidade e órgãos governamentais.
- Ganhe o comprometimento do pessoal. Com o crescimento da preocupação ambiental, as pessoas não querem trabalhar em organizações consideradas como poluidoras do meio ambiente.
- Ter empregados interessados, dedicados e comprometidos depende também de uma imagem institucional positiva.

Figura 1: Benefícios da gestão ambiental

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
<p>Economia de Custos</p> <p>√ Redução do consumo de água, energia e outros insumos.</p> <p>√ Reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos, e diminuição de efluentes.</p> <p>√ Redução de multas e penalidades por poluição.</p>
<p>Incremento de Receita</p> <p>√ Aumento da contribuição marginal de "produtos verdes", que podem ser vendidos a preços mais altos.</p> <p>√ Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor</p>

concorrência.

√ Linhas de novos produtos para novos mercados.

√ Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.

BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS

√ Melhoria da imagem institucional.

√ Renovação da carteira de produtos.

√ Aumento da produtividade.

√ Alto comprometimento do pessoal.

√ Melhoria nas relações de trabalho.

√ Melhoria da criatividade para novos desafios.

√ Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.

√ Acesso assegurado ao mercado externo.

√ Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: Adaptado de North, K. Environmental business management. Genebra: ILO, 1992.

Diante das razões apresentadas anteriormente, muitas organizações passaram a incluir, gradualmente, na gestão de seus negócios a causa ambiental.

Nesse sentido uma boa definição do que seria uma Gestão Ambiental pode ser tirada dos princípios da Câmara de Comércio Internacional (CCI), apresentado a seguir conforme a tradução de Donaire (1999):

Princípios de Gestão Ambiental da CCI

1. Prioridade Organizacional:

a) Reconhecer que a questão ambiental está entre as principais prioridades da organização e que ela é uma questão chave para o desenvolvimento sustentável;

b) Estabelecer políticas, programas e práticas no desenvolvimento das operações que sejam adequadas ao meio ambiente.

2. Gestão Integrada: Integrar as políticas, programas e práticas ambientais intensamente em todos os negócios como elementos indispensáveis de administração em todas as funções

3. Processo de Melhoria: Continuar melhorando as políticas corporativas, os programas e o desempenho tanto no mercado interno quanto externo, levando em conta o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento científico, as necessidades dos consumidores e os anseios da comunidade, tendo como ponto de partida as regulamentações ambientais

4. Educação do Pessoal: Educar, treinar e motivar o pessoal, no sentido de que possam desempenhar suas tarefas de forma responsável em relação ao ambiente.

5. Prioridade de Enfoque: Considerar as repercussões ambientais antes de iniciar nova atividade ou projeto e antes de instalar novos equipamentos e instalar ou abandonar uma unidade produtiva

6. Produtos e Serviços: Desenvolver e produzir produtos e serviços que não sejam agressivos ao ambiente e que sejam seguros em sua utilização e consumo, que sejam eficientes no consumo de energia e de recursos naturais e que possam ser reciclados, reutilizados ou armazenados de forma segura

7. Orientação ao Consumidor: Orientar e, se necessário, educar consumidores, distribuidores e o público em geral sobre o correto e seguro uso, transporte, armazenagem e descarte dos produtos produzidos

8. Equipamentos e Operacionalização: Desenvolver, desenhar e operar máquinas e equipamentos levando em conta o eficiente uso de água, energia e matérias-primas, o uso sustentável dos recursos renováveis, a minimização dos impactos negativos ao ambiente e a geração de poluição e o uso responsável e seguro dos resíduos existentes

9. Pesquisa: Conduzir e apoiar projetos de pesquisa que estudem os impactos ambientais das matérias primas, produtos, processos, emissões e resíduos associados ao processo produtivo da empresa, visando à minimização dos seus efeitos.

10. Enfoque Preventivo: Modificar a manufatura e o uso de produtos ou serviços e mesmo os processos produtivos, de forma consistente com os mais modernos conhecimentos técnicos e científicos, no sentido de prevenir as sérias e irreversíveis degradações do meio ambiente.

11. Fornecedores e Subcontratados: Promover a adoção de princípios ambientais da organização junto dos subcontratados e fornecedores encorajando e assegurando, sempre que possível, melhoramentos em suas atividades, de modo que elas sejam uma extensão das normas utilizadas na organização.

12. Planos de Emergência: Desenvolver e manter, nas áreas de risco potencial, planos de emergência idealizados em conjunto com setores da organização diretamente envolvidos e setores de apoio específicos relacionados aos mesmos e a comunidade local, reconhecendo a repercussão de eventuais acidentes.

13. Transferência de Tecnologia: Contribuir na disseminação e transferência das tecnologias e métodos de gestão que sejam amigáveis ao meio ambiente junto aos setores privado e público.

14. Contribuição ao esforço comum: Contribuir no desenvolvimento de políticas públicas e privadas, de programas governamentais e iniciativas educacionais que visem à preservação do meio ambiente

15. Transparência de Atitude: Propiciar transparência e diálogo com a comunidade interna e externa, antecipando e respondendo as suas preocupações em relação aos riscos potenciais e impacto das operações, produtos e resíduos.

16. Atendimento e Divulgação: Medir a “performance” ambiental. Conduzir auditorias ambientais regulares e averiguar se os padrões da empresa cumprem os valores estabelecidos na legislação. Prover periodicamente informações apropriadas para a alta administração, acionistas, empregados, autoridades e público em geral.

6 CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: ISO 14001

Com o aumento da conscientização ambiental, as empresas vêm buscando, sistematicamente, políticas que adotem uma gestão ambiental dos recursos naturais

de forma eficiente e eficaz. Não obstante, procuram comprovar junto ao público externo – fornecedores, consumidores, sociedade, governo, etc – práticas que reduzem os impactos ambientais de seus processos sobre o meio ambiente. Nesse contexto, surge a ISO 14001, que Segundo a ABNT, é uma norma de gestão ambiental, fornecida por uma organização não governamental (Internacional Standardization of Organization) sediada em Genebra, com o objetivo de ser o fórum internacional de normalização. Ela atua como entidade harmonizadora das diversas agências nacionais. A ISO 14001 tem por objetivo fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Ela é consistente com a meta de “Desenvolvimento Sustentável” e é compatível com diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais.

A certificação de um Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001 é atualmente um requisito essencial para as empresas que desejam comercializar seus produtos em um mercado globalizado.

A ISO 14001 é uma norma de sistema que reforça o enfoque no aprimoramento da conservação ambiental pelo uso de um único sistema de gerenciamento permeando todas as funções da organização, não estabelecendo padrões de desempenho ambientais absolutos os princípios enunciados possibilitam o estabelecimento de uma visão integrada da gestão ambiental em uma organização. Embora seus enunciados apresentem um caráter amplo, eles possibilitam o embasamento de linhas de ação integradas, as quais levam a operacionalização de um Sistema de Gestão Ambiental. (SEIFFERT, 2005 p. 32)

A certificação de um sistema de gestão ambiental como a ISO 14001 traz, além de um desenvolvimento econômico ambientalmente correto e visto com bons olhos pelo entorno social, um diferencial competitivo da empresa, o que acarreta um fortalecimento da mesma junto ao mercado.

Quanto ao aspecto competitivo citado, WERNKE (2001; P.47) diz que a variável ambiental pode ser usada, principalmente para situar o produto ou a empresa, de forma a distinguir-se dos concorrentes, justamente pela ênfase na preocupação ambiental. Diz ainda que o uso de materiais recicláveis, o financiamento a programas de preservação do meio ambiente, o tratamento de dejetos oriundos de

sua própria linha de produção etc. podem servir como sinalizador perante os consumidores, da preocupação da empresa com a questão ambiental.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo apresentar considerações sobre questões ambientais e contabilidade a partir de revisão bibliográfica a fim de demonstrar a nova realidade que a contabilidade no Brasil vem se inserindo. Ao contrário da visão estritamente ambientalista, é recomendável considerar as questões ambientais no valor de empreendimento, transformando o risco ambiental em oportunidade para a organização. Para isso, foram apresentadas as razões pelas quais a Contabilidade Ambiental surgiu.

A contabilidade, nessa mudança de paradigma, vem de encontro a esse novo cenário que se apresenta, onde diversas ações estão sendo postas em prática, dentre elas a Gestão Ambiental, na qual a Contabilidade Ambiental está inserida. Porém, esse novo paradigma deve ser acompanhado por uma mudança de valores e engajamento da organização e sociedade como um todo.

Os relatórios fornecidos pela contabilidade ambiental, juntamente com o sistema de gestão ambiental adequado, auxiliam os gestores a tomarem decisões benéficas à organização, sendo assim, considerando as questões ambientais de forma estratégica, mudando suas concepções, passando a ver os custos ambientais como investimentos, tornando-a mais competitiva.

Ressalta-se, por fim, que o presente trabalho baseou-se no método de revisão bibliográfica e não se teve a pretensão de esgotar o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 14001:1996 – Sistema de gestão ambiental – especificações e diretrizes para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 1996

ARAUJO, Olímpio Jr. **O que é Contabilidade Ambiental?** Disponível em:<www.ecoterrabrasil.com.br> Acesso em novembro de 2011.

BERGAMINI, JR. S. **Contabilidade e riscos Ambientais**. Revista do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro – RJ. n. 11, 1999.

BRAGA, Rosalva Pinto. **Demonstrações contábeis e aspectos da contabilidade ambiental: um estudo de caso**. Revista Contabilidade e Informação. Editora Unijuí, Ijuí-RS, ano 5, n. 12, p. 23-33, jan/mar. de 2002.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na empresa**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, S.S.; HELIODORO, P. A. **A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO UM NOVO PARADIGMA**. Revista Universo Contábil, ISSN 1909-3337, Blumenau, v. 1, n. 3, p. 81-93, set./dez. 2005.

HERCKERT, W. **Ativo e Passivo Ambiental**. Disponível em <http://www.fiscosoft.com.br/a/2w7p/o-patrimonio-e-o-desenvolvimento-sustentavel-vernoherckert> Acesso em: 25 nov. 2011.

KRAEMER, Maria Elisabeth P. **Contabilidade Ambiental como sistema de informações**. 2005. Disponível em: <www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>. Acesso em novembro de 2011.

MEYER, M. M. **Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>>. Acesso em: 27 de nov. de 2011.

NORTH, K. **Environmental business management: an introduction**. Genebra: International Labor Office (ILO) 1992.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003

RAUPP, Elena Hahn. **Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente**. Revista de Contabilidade Conselho Regional de São Paulo, ano 6, n. 20 pg. 46-60, junho de 2002.

REBOLLO, M. G. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16, 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

REBOLLO, M. G. **Contabilidade e questões ambientais: a responsabilidade técnica do contador**. Revista do Conselho Federal de Contabilidade do Rio Grande do Sul. V. 116, Abril de 2004.

REBOLLO, M.G. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, nº 104, p.12 – 23, mai.2001.

RIBEIRO, M de S. MARTINS, E. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, Boletim 415, 1998.

SÁ, Antônio Lopes de. **Progressos no campo da contabilidade aplicada aos fatos do ambiente natural**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: n.º 17, p. 4-8, ago/out- 2002.

SANTIAGO, Diego de Lima; DUARTE, Leandro da Silva. **Desafios e vantagens da gestão ambiental no contexto organizacional**. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0040.pdf>> Acesso em: 26 de novembro de 2012.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2005.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2009.

SUCUPIRA, J. **Ética nas empresas e balanço social**. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S.(Org.). Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 5, p 117-133.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

WERNKE, R. **Custos ambientais: uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva**. Revista Brasileira de Contabilidade do Conselho Regional de São Paulo. São Paulo – SP: ano 5, nº 15, p.40 – 49, mar.2001.

WERNKE, Rodney. **Custos ambientais: uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília-DF, ano 29, n. 123, p. 44- 51, mai/jun. de 2000.

WINTER, G. **Gestão e ambiente: modelo prático de integração empresarial**. Lisboa: Texto Editora, 1992.

ZANLUCA, J.C. **O que é Contabilidade Ambiental**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>. Acesso em: 26 de novembro 2011.